

## EUROPA Um Continente do Passado?

**Eduardo Lourenço**

**Resumo:** A presente reflexão discute a filiação da Europa contemporânea em três matrizes possíveis (mitológicas e políticas): a matriz grega da filosofia e da democracia, a raiz judaico-cristã e a ciência. Porém, aparentemente nenhuma delas apresenta uma dimensão consensual, enquanto definidora da Europa. Não admira pois que, hoje, a Europa viva um niilismo subtil e uma espécie de reflexo masoquista. O ensaio discute também a dificuldade em que a razão europeia vive a partir da filosofia grega, ao introduzir um questionamento radical que abala a verdade mítica, instituindo um discurso quase sempre problemático e até dramático. Esta falta de coerência interna também se repercute na forma como o Estado e o Poder foram pensados a partir da matriz judaico-cristã. Realizando hoje o quanto a Europa foi perdendo a sua centralidade, o texto termina como uma palavra de exortação à recriação dos europeus e da sua identidade.

**Palavras-chave:** Europa, Mito, Filosofia, Identidade, Ciência, Matriz Judaico-Cristã

A temática «Mitos de Origem das Nacionalidades Europeias» remete-nos em primeiro lugar para uma reflexão sobre a Europa: a Europa a que nós pertencemos, a Europa que nós somos, a Europa que culturalmente é o nosso lugar de nascimento e de inscrição. Quando me foi pedido um título para esta reflexão eu pensei em “Mito Histórico, História e Mito” mas, como bem se vê, ele é uma espécie de Túnel das Danaides. É um assunto inesgotável e quase intratável, em todo caso, de ordem especificamente metafísica ou para-metafísica, enquanto as considerações sobre a Europa, o destino da Europa, o significado da Europa, o mito da Europa, são da ordem do histórico-cultural.

Claro que a História tem de fazer uma concessão de ordem genérica: a História não é a primeira instância de nada, é uma espécie de segunda instância. Antes da história há a “não-história”. E esse espaço, que constitui o discurso sobre a “não-história”, é justamente aquilo que nós chamamos discurso do tipo mítico.

As nações, os povos e as culturas são realmente diferentes uns dos outros. Estamos talvez a caminho de um discurso universal, mas, pelo menos até hoje, não há sobre elas, sobre o que nós somos como seres terrestres, um mesmo discurso. Na verdade, de uma maneira concreta, todas as culturas, todos os povos, foram inscritos originariamente em qualquer coisa que antecede a História e cujo discurso é aquele que se traduz nos mais diversos mitos. Não há povos, não há culturas, que não tenham uma inscrição minimamente mítica, mesmo povos que estão numa espécie de grau zero da História,

como seria o caso dos Índios do Brasil, que Caminha e os outros portugueses encontraram.

Esses povos não pareciam ter nenhum discurso, nenhuma leitura do mundo que se parecesse com a leitura que nós conhecíamos da tradição europeia, qualquer que ela fosse, pois ela mesma era mítica e histórica ao mesmo tempo, uma vaga entidade à qual se referiam e nada mais. Mas se nós não soubéssemos Lévi-Strauss nos ensinaria que, na verdade, esses povos designados de primitivos, (ninguém ousa mais chamar primitivo a ninguém, a não ser aos europeus eles próprios) tinham uma leitura da realidade que provinha do seu contexto no mundo, do qual não tinham (nem podiam ter) nenhuma consciência propriamente dita, nem das suas dimensões, nem da sua situação, que não tinha exterior. Com efeito, estes povos tinham uma espécie de interioridade extrema e absoluta. A um outro nível, esses povos tinham toda uma leitura complexa daquilo que eram como sociedades, elas próprias também extremamente complexas, como se pode concluir a partir dos famosos estudos de Lévi-Strauss.

Quanto à Europa, ela é, em sentido próprio, o nome de uma ninfa. De maneira que estamos em plena mitologia, mesmo que não o quiséssemos. O discurso mítico sobre essa ninfa remete-nos para uma Princesa da Ásia Menor, que o pai dos deuses, grande namorador, diante do eterno que era ele próprio, arrancou à Ásia Menor. Mascarado ou disfarçado de touro, levou-a para além do mar que separa geograficamente a Ásia da Europa e trouxe-a para a Europa. Simbolicamente, esta é uma maneira de dizer que a cultura de que nós Europa somos herdeiros nos veio da Ásia, essa Ásia profunda de onde tudo veio, em última análise.

E não é por acaso que, muito mais tarde, Paul Valéry se referirá à Europa como o 'pequeno Cabo da Ásia'. Simplesmente esse pequeno Cabo da Ásia estava destinado a ser um lugar de exceção, um lugar específico, porque nesse lugar da Ásia, mais propriamente na Grécia, vai acontecer qualquer coisa para nós decisiva e que constituirá a matriz do que nós chamamos a Europa enquanto cultura, enquanto discurso sobre si própria e sobre o mundo. Será aí onde nascerá algo que até então não tinha nome, pois não existia nada de parecido em qualquer outras das culturas nossas conhecidas. Isso a que me refiro é o que nós chamamos Filosofia.

É disto que Renan nos fala, no século XIX, numa famosa alocução na Acrópole, referindo-se ao famoso milagre grego. Porém, o milagre grego, em pouco tempo, e ainda nesse mesmo século, virá a ter uma outra leitura, que é hoje considerada mais pós-moderna. Trata-se da leitura de Nietzsche, que interpreta este milagre grego de

uma maneira diferente da de Renan, que via pura e simplesmente a essência desse milagre na constituição da Razão em face de si mesma, da Razão enquanto logos, que descreve e compreende o mundo num processo de auto e hétero inteligibilidade.

Mas esta não é a leitura que Nietzsche vai fazer dessa mesma Europa, explicitando que sobre esta espécie de divinização da razão, há qualquer outra coisa mais obscura que existe num regime inconsciente ou, se se quiser, noturno. Ora isto deixa antever que a Europa não é já nesta época vista como apenas um continente que se reclama do primado da Razão e de todas as instituições que de algum modo são banhadas por essa exigência racional de compreensão do mundo.

A Europa pode hoje ser vista como tendo três matrizes. Quando, recentemente, na Comunidade Europeia se quis institucionalizar uma espécie de discurso europeu para europeus e para o mundo fora dele, procuraram-se as raízes da Europa. Começou por se considerar que a referência grega era incontornável. Foi precisamente aí que a Razão surgiu, enquanto modalidade de discurso que compreende o mundo, reconhecendo-se que, fora dela, todas as outras compreensões pertencem ao domínio do irracional, do sonho ou do inconsciente. Outra raiz seria a raiz judaico-cristã, um par, ele próprio, também problemático e até dilemático. E, finalmente, a terceira, naturalmente, a da ciência.

Nenhuma destas dimensões da cultura europeia foi aceite como fundadora de uma possível identidade europeia. Isto parece um paradoxo, mas revela o quanto a cultura europeia foi progressivamente adquirindo um reflexo masoquista. É uma espécie de niilismo subtil, que recusa rever-se em qualquer discurso que reflita aquilo que nós pensamos ser a essência da cultura europeia.

Assim se compreende por que foram os gregos recusados. Curiosamente, no século XIX a inscrição europeia na cultura grega tradicional não oferecia dúvidas. Mas hoje uma parte dos deputados europeus envolvidos neste debate considerou não se rever na famosa democracia grega, que implica uma matriz e uma proposta de organização da sociedade com a qual dizem discordar. Com efeito, na matriz a que nós chamamos democrática e onde se inclui a famosa Grécia de Péricles, de Platão e de Sócrates está inscrita a prática de uma sociedade onde a escravatura existia. Por esta razão foi recusada a cultura grega como fundamento identitário da Europa.

Quanto à inspiração cristã, numa Europa hoje em vias de descristianização, sociologicamente falando, também encontrou grandes resistências e foi igualmente recusada (e nesta mesma linha de raciocínio seria escandaloso manter em exclusivo as raízes judaicas).

Finalmente vem a ciência. Embora provavelmente no século XVI não houvesse no mundo nenhum Galileu, não podemos excluir que houvesse já nessa época um conhecimento até mais desenvolvido: basta pensar nas grandes Civilizações do Oriente, a começar pela China ou pela Índia, para reconhecermos este facto. Mas, na verdade, nessa época o europocentrismo dominante não nos deixava ver tudo isto.

A ciência é, de facto, o que ninguém recusaria, pois a ciência tal como nós a compreendemos, embora talvez com um antrope-europeísmo excessivo, detém um valor universal, mas tão universal que não é próprio da Europa, sobretudo, já não é uma atividade exclusiva da Europa.

De maneira que a Europa se compraz de algum modo a ser um continente sem vontade de identidade ou sem identidade verdadeira, e provavelmente isso o deve ao facto de que dessas três componentes, recusadas a título ideológico-político enquanto representativas do que é o espírito europeu, o mais importante e decisivo foi a invenção dessa criação que não tem um objeto próprio, a não ser o objeto o mais abstrato possível e ao mesmo tempo o mais preciso, que é a Filosofia.

Refiro-me à Filosofia como Ontologia, quer dizer como um Saber. Refiro-me ao discurso do Ser enquanto tal, da realidade na sua abstração, a que nós chamamos o Ser, e que imediatamente introduz uma atitude intelectual e espiritual de questionamento radical.

E esse tipo de questionamento, que embora não constitua imediatamente a emergência da dúvida tal como virá posteriormente a ser formulada, é já um questionamento autónomo e introduz uma diferença em relação àquilo que é um dado para todas as outras culturas contemporâneas do nascimento da Filosofia e que consiste no facto de que em todas as outras culturas a matriz do valor e da verdade têm uma natureza imediatamente mítico-religiosa, que é ela própria um valor e institui o absoluto divino.

Sabemos bem que os gregos tinham noção igualmente do divino, mas este consiste simplesmente na organização do próprio cosmos. Divino é aquilo que separa e ordena o cosmos, criando as suas leis, a organização da esfera propriamente terrestre, do comportamento e do conhecimento que nós dele temos, enquanto conhecimento empírico.

Em suma, com a Grécia e, portanto, nas origens da própria Europa, nós temos uma discussão, no interior mesmo do que chamamos a nossa capacidade de conhecer, a qual é introduzida no pensamento europeu, logo no momento seu nascimento: trata-se de

um questionamento radical do sentido da realidade, que não é dada, mas que está sempre questão.

Curiosamente, na segunda dimensão da herança europeia, aquela que nós apontámos como matriz judaico-cristã, introduz-se na nossa leitura do mundo um questionamento a outro nível, a partir da versão propriamente evangélica. Provavelmente a ideia que distinguiu durante tantos séculos, praticamente até hoje, a Europa de todos os continentes, foi o facto de esta se separar da Ásia, por efeito de uma cristianização que introduziu uma ideia original de Deus, a qual consiste numa espécie de contestação radical de Deus como poder. Trata-se, mais propriamente de um Deus não poder. Na sua versão do Antigo Testamento ele é um Deus onnipotente, mas na versão do Evangelho, Deus é sujeito e espírito, mas sobretudo não se define como sendo a fonte do poder no sentido político, social e ideológico do termo. Também por esta via, a Europa foi sempre um continente da interrogação, da perplexidade e a sua História é certamente das mais movimentadas de todas as histórias das que conhecemos de outros continentes.

A História da Europa de hoje é herdeira de todo esse passado: é um discurso sempre extremamente problemático e até dramático. Na verdade, a Europa é constituída por uma série de nações diferentes, não existindo como ator político em parte alguma. É uma espécie de envelope virtual. Talvez algum dia seja qualquer coisa parecida com uma nação, mas por enquanto é só a ideia de ser Europa, numa espécie de auto-contestação permanente a todos os níveis.

Na sua expressão de ordem histórico-política a Europa, para além da matriz grega, ela é igualmente o lugar da invenção do Estado, tal como os romanos o vão conceber. A primeira versão da História da Europa passa pelo Império Romano propriamente dito. E este mito do Império Romano, não é um mito do passado, é um mito contínuo. Só que na hora atual não é na Europa que o mito do Império Romano é mais eficaz e mais presente. Na contemporaneidade, os herdeiros que dele se reclamam e quem se lê como herdeiro direto do Império Romano, já não é o Império Romano-Germânico, não é Carlos V, não é Napoleão, não é Hitler na sua última versão, ou mesmo Estaline numa outra. Hoje o herdeiro de todo esse passado, enquanto passado europeu e que tem uma mitologia adequada a essa herança, chama-se Estados Unidos. Ora isto esvaziou a Europa dessa mesma pretensão a tornar-se um espaço de primeira grandeza e importância na ordem histórico-política, do qual era modelo. Acontece que a Europa já existiu mais, já foi algo mais coerente do que é hoje.

A Europa, e não apenas ela mas também a humanidade como um todo, está sempre em mudança contínua. Uma das características da História europeia é a capacidade que ela tem de se reciclar continuamente. Recicla-se na Idade Média em função de um certo conhecimento da filosofia grega, com Platão e Aristóteles. Mas conhecerá um segundo nascimento pela mão dos descobridores portugueses. Nós fomos, de algum modo, os agentes desse segundo nascimento. Os descobrimentos portugueses (e depois os espanhóis, os franceses, os ingleses etc.), ao promoverem o encontro com o Novo Continente estabeleceram enfim a Europa numa diferença. A Europa passa a ser o Velho o Continente, ao encontrarmos um mundo ainda não conhecido e sem inscrição para nós, portanto ainda sem leitura.

Foi nesta segunda Europa pós-descobrimientos que nós, europeus, começamos a ter uma identidade que não tínhamos, quando eramos apenas nações com uma certa coerência de herança grega, latina, etc., pois a partir de então passámos a ser vistos de fora pela primeira vez.

O Novo Mundo que nasceu com as descobertas ainda fazia parte e instalava-se na continuidade do mundo europeu. Esse foi o lugar de nascimento do imperialismo que determinou a ocupação da América Latina dum lado, e da África do outro (que passou a ser uma espécie de quinta para os europeus). A Europa estava em toda parte. O próprio Fernando Pessoa o afirma: tendo vivido em Durban estava lá como europeu e não estava realmente fora da Europa. Tudo era Europa, embora essa constituísse precisamente a maior ilusão dos europeus. A própria Europa se encarregou de se reduzir ela própria àquilo que hoje nós chamamos a Europa.

Portanto, estamos hoje reduzidos à nossa dimensão geográfica própria, conhecida dos Antigos. De fora fica a não-Europa, que não tinha um olhar sobre o resto do mundo, como a Europa tinha sobre todo o mundo. E de repente ficamos relativizados. A Europa é hoje apenas um dos espaços geográficos do planeta, ao lado de outros, que até há pouco não tinham essa mesma importância ou significado quase mítico.

Isto pode parecer decepcionante, mas, na verdade, não há Europa, há uma coleção de europas. Parece-me que o esquema que se aplica mais àquilo que é hoje de facto a Europa e ao modo como ela funciona é uma espécie de paradigma leibniziano, um conjunto de mónadas, todas diferentes umas das outras e com a possibilidade de cantarem a mesma canção. Mas, infelizmente não cantam a mesma canção...

Embora no passado tivéssemos podido pensar a Europa a partir de uma coerência, que era ao mesmo tempo religiosa, social, política, etc., hoje ela não existe mais a não ser a título de aspiração que continuamente regressa, sobretudo na ordem cultural. Estamos

de novo num momento de reciclagem, como já viemos outros no passado, mas desta vez vivemo-lo como uma espécie de velhice precoce e já estamos doentes dessa relativa fraqueza. De qualquer modo podemos sempre reciclar-nos, porque este é o continente do Platão, de São Tomaz de Aquino, das catedrais e de Galileu.

Enfim, a Europa é um continente que poderia viver a sua identidade mítico-cultural e os europeus escusavam de estar tão convencidos da sua própria decadência, como já estão. No século passado, escapamos por pouco e fomos salvos por quem hoje nos olha do alto e com razão, porque eles são os senhores do mundo e nós já não somos, mas fomos.

E o que foi sempre tem algum sentido. E isso é a Europa.

*Este artigo foi originalmente apresentado no congresso internacional “A Europa das Nacionalidades - Mitos de Origem: Discursos Modernos e Pós-Modernos”, na Universidade de Aveiro, em Maio de 2011.*

Eduardo Lourenço é ensaísta, professor universitário, filósofo e intelectual português.